



RESUMO EXECUTIVO da A T A **Grupo de Fiscalização Integrada Guarapiranga e Billings**

Aos vinte e um dias de maio de 2010, às 9h, no Zoológico de São Paulo, espaço D. Pedro em São Paulo-SP, reuniram-se os integrantes do Grupo Técnico de Fiscalização Integrada Guarapiranga-Billings, e convidados, para tratar da pauta conforme estabelecido pela convocatória. Ocorreram as apresentações dos municípios referente ao processo de fiscalização, a íntegra das apresentações se encontram disponíveis na Ata de inteiro teor. Município de Embu : o método de definição das vistorias é de acordo com a demanda onde os agentes e coordenadores definem as prioridades do mês ou do trimestre. O Número mensal das vistorias realizadas na média do ano de 2009 foram 120. Número de técnicos disponíveis: 4 técnicos, 3 administrativos e 3 fiscais que trabalham diretamente com meio ambiente, 1 veículo. Contam com o apoio da Secretaria de fiscalização de obras e mais 20 fiscais, 12 Agentes GCM, sendo no total 23 fiscais. Tipologia de atuação: Estão em processo de informatização do sistema GIAP. Foram apresentados diversos documentos utilizados para atuação. Valor médio das multas é em torno de R\$2.600, sendo de maior frequência despejo de entulho em local não permitido, e depois corte irregular de árvores. São destinadas ao fundo municipal do meio ambiente. Se a infração continua é encaminhada para o jurídico. Quando há apoio da Polícia Ambiental há maior respeito. Município de Diadema : O método da definição da vistoria é feito pelo meio ambiente e Controle urbano via processo administrativo, normalmente provocado pelo contribuinte, com as vistorias prévias e elaboração do plano ambiental de acordo com a entrada de chegada. O Controle urbano tem a média mensal de 250 vistorias e a Secretaria de Meio Ambiente a média de 150 vistorias. Tipologia do auto de infração: Controle urbano através da atividade econômica para a notificação e infração, e uma específica para obras, e pelo Meio Ambiente uma para a notificação e outra para o auto de infração. O valor médio varia de acordo com o tipo da infração aplicada correspondente à área, variando de acordo com o auto e a gravidade da infração, de R\$ 227,00 até R\$200.000. O valor das infrações é remetido ao Fundo municipal do meio ambiente. Apresentou documentos utilizados com base na legislação municipal e estadual. Os relatórios

também são elaborados pela Secretaria de Meio Ambiente, como o auto de infração, e também é editado um relatório utilizado tanto pela vistoria externa solicitada pelo contribuinte com pelas ações internas gerado pela fiscalização do meio ambiente e do Controle urbano também no processo externo ou interno gerado pelos fiscais. O enfoque de controle urbano é mais voltado para a atividade econômica e licenciamento de obras, já a Secretaria de Meio Ambiente para a questão ambiental. A Secretaria de meio ambiente conta com 10 fiscais e o Controle urbano também 10, o Departamento de Limpeza urbana 5 fiscais, no total de 25 fiscais. Fazem fiscalização integrada e o grande problema são os resíduos clandestinos. Município de São Paulo-Subprefeitura M´Boi Mirim: A Operação Defesa das Águas para a proteção e fiscalização na defesa dos mananciais foi um convênio criado entre a PMSP e o Governo do Estado de São Paulo em 2005 envolvendo algumas subprefeituras. Possui 8 núcleos gerenciais envolvendo 15 subprefeituras. M´Boi Mirim tem um território de aproximadamente 70 km² e 70% pertence à área de mananciais. Possuem 11 agentes vistoristas distribuídos em 1 supervisor, 1 chefe de unidade, 1 envolvido exclusivamente para fiscalização de feiras, 1 de habite-se, 2 contrato de varrição e 5 para posturas municipais. Definem as vistorias de acordo com a demanda e é estabelecido nas reuniões que contam também com as informações da GCM, Comitê Defesa das Águas, denúncias do batalhão da PMA, e outras. As áreas prioritárias para fiscalização são pelo tipo de ocupação, e as informações vem também por telefone, às vezes pelo Núcleo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA e pelo munícipe. Possuem 7 viaturas na Defesa Ambiental e 21 Guardas Ambientais. No período de 01/2008 a 15/05/10 foram executadas 10.021 ocorrências abrangendo as 8 gerências do Defesa das Águas que envolvem as 15 subprefeituras, sendo 1782 em M´Boi Mirim, quase 20% das ocorrências. Aplicam multas e se continuar a infração embargam a obra, mas continuando embargam com auxílio policial e Boletim de Ocorrência e em casos de flagrante conduzem ao 48º DP-Cidade Dutra ou 4o. DP-Consolação. Crime ambiental é considerado qualquer desrespeito. Também fiscalizam entulhos, que é o grande problema da região. Operação Defesa das Águas : A maioria das infrações são construções irregulares. O grupo que participa ou que deveria participar são as subprefeituras, SMA, SVMA, SABESP, EMAE, GCM AMBIENTAL, PM FLORESTAL, POLÍCIA CIVIL e AMBIENTAL, CRECI, SEHAB e LIMPURB. Fazem intimações, notificações, multas, embargos de obra, apreensão de materiais e equipamentos, inclusive de veículos e desfazimento de obras em loteamentos irregulares. Definem as vistorias em

reuniões, com e sem denúncia, geralmente 1 vistoria/mês mas também chegam a fazer 3. Basicamente pelo fone 156, SACs. A GCM auxilia as operações. Para as infrações ambientais e construções irregulares o procedimento é o mesmo, e há um relatório mensal enviado para a Secretaria de Gestão. Possuem 6 agentes fiscais, a equipe toda conta com 17 pessoas. A infração mais frequente é a disposição de irregular de resíduos de entulho. PMSP/Secretaria do verde e meio ambiente DECONT : A denúncia chega por diversas fontes: telefone 156, email, SAC. Atuam em todo município independente de ser ou não área de manancial, porém concentram-se mais na região central após a criação dos núcleos subdividindo as áreas, são 7 núcleos. A fiscalização é feita por apenas dois técnicos que comparecem ao local para apurar se a denúncia procede ou não. Apresentou diversos documentos de trabalho como o auto de intimação/notificação. Para casos de desfazimento é encaminhado ao Secretário, sendo que antes foi aberto um processo administrativo após o auto de inspeção no local, e até multa dependendo da situação, depois com um relatório técnico é demonstrado a irregularidade que serve de apoio à Procuradoria que informa finalmente ao Secretário a procedência ou não. O cidadão tem 20 dias para recurso. No processo de autuação é muito importante anotar nos documentos pertinentes o endereço da infração e o do proprietário para que possa ser localizado. A norma na Secretaria é para que em caso de multa a Promotoria seja informada. A multa pode ser calculada por hectares. Possuem 7 técnicos com uma média de 15 vistorias/mês. Município de Santo André-Secretaria de gestão de recursos naturais de Paranapiacaba e Parque andreense. A gerência de fiscalização ambiental tem 1 encarregatura, 2 fiscais de obras e 4 agentes ambientais. Aplicam a lei 8605/00 que é o Código de obras e edificações da prefeitura, para verificação de obras licenciadas e aprovadas, para conferência e emissão de habite-se, fiscalização ambiental, e verificar se os projetos aprovados por licença e alvará estão sendo executados corretamente. Aplicam a lei 5579/79 para lixo, disposição de resíduos e material de construção e a lei 7733/98, e os decretos para infrações ambientais. Fiscalização aérea contratada pela Semasa de quinze em quinze dias. Apresentaram os documentos utilizados. As infrações preponderantes dependem do loteamento, nas mais adensadas é supressão de vegetação arbórea e rasteira. Para vistorias saem á campo com 1 engenheiro sanitaria e utilizam corantes no teste de detecção de esgoto. Fazem apreensão com a Guarda municipal, e às vezes operação conjunta com a polícia ambiental, e se necessário encaminham para o 6º DP que se localiza na área urbana. Dos

valores das multas calculam por área e também por árvores, para desmatamento os valores mais altos chegam a R\$22.000. Santo André-Semasa-Serviço municipal de saneamento ambiental de Santo André : Possuem uma programação mensal para a fiscalização mas trabalham também com denúncias pelos diversos canais de atendimento como o telefone 115, Postos de atendimentos, site, ouvidoria e também o Ministério Público. Fazem vistoria todos os dias com duas equipes cada uma conta com 1 coordenadora e 1 agente ambiental, também fiscalizam a Unidade de Conservação Parque do Pedroso e seu entorno, e uma outra equipe o Recreio da Borda do Campo e o parque Miami. Vistoria aérea 1 vez por semana. Barco a cada 15 dias dependendo do período. Estrutura: 3 veículos, 6 motocicletas, 1 helicóptero, barco, binóculos, GPS, trenas, computadores e demais materiais administrativos. A equipe da GCA possui 32 pessoas. Apresentaram a documentação utilizada. A principal infração são as construções irregulares. Município de São Bernardo Campo : Passam por um momento de transição pois a Secretaria de Meio Ambiente foi criada em novembro de 2009 e passou a ser implantada a partir de janeiro de 2010. É feita fiscalização preventiva predominantemente pela Guarda civil ambiental. A atuação é planejada e orientada mais por demanda: monitoramento dos processos administrativos em andamento, demandas internas do governo como da Secretaria de obras e Serviços urbanos, judiciário, denúncias da comunidade, pelo telefone 156 e pessoalmente. Trabalham de maneira integrada e com a delegacia de crimes do meio ambiente. O planejamento só tem ocorrido para ações integradas de fiscalização e operações de desfazimento envolvendo atuação da brigada municipal, e geralmente acompanhados por um técnico da CETESB. Também contam com apoio da Polícia militar ambiental e a Delegacia de crimes contra o meio ambiente. Média de 85 notificações/mês. Efetivo: Departamento de meio ambiente 4 fiscais e 1 oficial administrativo, 1 veículo, sendo que os fiscais utilizam veículo próprio, com reembolso, Brigada 4 Agentes de controle, 2 veículos e 36 GCM Ambiental treinados para aplicar a legislação, com 4 veículos, 3 motos e 1 barco. Estão em fase de organização da sistematização dos procedimentos para a fiscalização, mas quando não é possível o procedimento administrativo é encaminhado para a Consultoria Jurídica do município e também à Delegacia de crimes contra do meio ambiente e ao MP, o que geram inquéritos para averiguação. A Sehab está concluindo estudo para identificar e quantificar as ocupações irregulares para fins aplicação da lei e da revisão do plano diretor adaptado à lei especial e estabelecimento de uma política para regularização

fundiária. Município de Cotia : A Secretaria também começou as atividades em 2009 e estão em fase de transição. Estrutura : 2 veículos na Secretaria do Meio ambiente sendo que 1 é utilizado para os serviços externos da Secretaria e outro para fiscalização e licenciamento, então não há veículo disponível 24h para fiscalização. 4 técnicos na Secretaria sendo 3 de licenciamento e 1 da fiscalização. Apresentaram os documentos como auto de infração, notificação, etc. O sistema de notificação foi importado da Secretaria de obras e adaptado. Para regularizar cortes utilizam para vegetação nativa ou exótica geralmente a compensação de 25 x 1, sendo reconhecido que a legislação municipal é falha pois a multa é de R\$150,00/árvore cortada, mais doação de 10 espécies, e às vezes o infrator prefere o corte a entrar na burocracia do licenciamento. Nos procedimentos exigem um cronograma para o TAC e uma vez executado podem dar baixa na notificação. O infrator tem 7 dias para o início do plantio e 15 dias para executar o plantio na área e doar para o viveiro municipal apresentando laudo fotográfico do que foi plantado na área, e depois de 30 dias ainda é solicitado novo relatório para verificar as condições atuais. As maiores infrações são pelo abandono de terrenos o que provoca depósito irregular de entulho. Nos três primeiros meses foram aplicadas 25-30 notificações gerando 3 multas, 2 por queimadas e 1 por corte. Observa-se que mais cidadãos têm ido à Secretaria buscando a regularização e conseqüentemente está sendo recuperado muitas áreas que estavam sendo degradadas e em conseqüência muitas mudas são doadas, e são aproveitadas para recuperar margens de córregos e algumas árvores que estão defasadas. Está Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas.